



A LIMINARIDADE FICCIONAL DE TEXTOS BRITÂNICOS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS OITOCENTISTAS

RAMICELLI, Maria Eulália (UFSM)¹

RESUMO: No século XIX, os periódicos possuíam cunho civilizatório, por divulgarem conhecimento e entretenimento atualizados e diversificados ao crescente público leitor, em um contexto burguês que valorizava informação transmitida de forma palatável. No acanhado meio sócio-cultural brasileiro, especialmente após a abolição da censura à imprensa em 1821, o contínuo esforço para a produção de periódicos contou com a freqüente tradução de matéria estrangeira com o intuito de promover nosso desenvolvimento intelectual. Assim, periódicos fluminenses dos anos 1830 e 1840 publicaram a tradução de várias narrativas britânicas, atendendo ao grande interesse dos brasileiros pela Grã-Bretanha, potência europeia que tinha fortes vínculos político-econômico-culturais com o Brasil. Dentre essas narrativas, algumas se caracterizam por seu caráter limítrofe entre o discurso ficcional, o histórico e o crítico-ensaístico. Tal ambivalência discursiva coaduna-se com a razoável permeabilidade entre as seções do periódico, tendo sido acentuada no processo tradutório, pois a tradução brasileira adveio da versão francesa, publicada na parisiense *Revue Britannique*, que apresenta consideráveis alterações na estrutura formal das narrativas quando comparadas ao original em inglês. Trata-se de textos de teor ficcional que teriam atendido ao propósito instrutivo-recreativo dos periódicos, visto apresentarem narração entremeada à argumentação crítica sobre um dado assunto. Nesse sentido, este trabalho discute essas narrativas dentro de um contexto oitocentista de produção e recepção de ficção que circulou em periódicos.

PALAVRAS-CHAVE: liminaridade ficcional, ficção britânica, tradução, periódicos, século XIX

ABSTRACT: Nineteenth-century periodicals were invested with a civilizing character as they propagated updated and diversified knowledge and entertainment to an ever-growing readership, within a bourgeois milieu that valued palatable information. In the restricted social-cultural Brazilian environment, especially after 1821, when the censorship of printed material ceased, the continuous effort to produce periodicals relied on frequent translation of foreign material in order to promote Brazilians' intellectual advancement. Therefore, periodicals from Rio de Janeiro, from the 1830s and 1840s, published translation of several British narratives in order to meet the Brazilians' deep interest in Great-Britain, an European power that had strong political-economic-cultural connexions with Brazil. Some of these narratives are characterized by being on the borderline between fictional, historical, and critical discourses. Such discursive ambivalence had correspondence with the permeability among the different sections in the periodicals and was

stressed along the translation process. In fact, the Brazilian translation comes from the French version published in the Parisian *Revue Britannique*, which presents considerable changes in the formal structure of the narratives when compared to their original version in English. These are texts of fictional drift that would have served the entertaining and instructive aim of periodicals as they bring narration mingled with critical argumentation about a certain issue. In this sense, this paper discusses these narratives based on the nineteenth-century conditions of production and reception of fiction that circulated through periodicals.

KEYWORDS: borderline fiction, British fiction, translation, periodicals, nineteenth century

A abertura dos portos brasileiros às nações amigas em 1808 por D. João, ainda na condição de príncipe regente, permitiu a entrada massiva de produtos britânicos no Brasil. Porém, como Gilberto Freyre (1977) ressalta, a presença britânica no meio brasileiro, a partir de então, não se restringiu ao comércio de produtos industriais, conforme testemunham anúncios em jornais oitocentistas:

[...] nos anúncios de jornais brasileiros da primeira metade do século XIX, se colhem não só informações significativas sobre a extensão e a natureza do comércio inglês no Brasil da época, como evidências, às vezes surpreendentes, da influência da técnica e da cultura científica e intelectual dos ingleses sobre a vida brasileira. As conferências de Mr. Gardner [químico que anunciou suas palestras na *Gazeta do Rio de Janeiro*, em 1810-II] são uma dessas evidências de influência científica e intelectual da Inglaterra sobre o Brasil da primeira metade do século XIX, que alguns supõem desde o início dominado intelectualmente pela França; e só comercialmente pela Inglaterra. (FREYRE, 1977, p.200)

Centrando a atenção na cidade do Rio de Janeiro, por ter sido a capital do império e o centro de irradiação cultural no Brasil durante todo o século XIX, verifica-se que, dentre os muitos produtos britânicos que aportaram em solo brasileiro, encontra-se a ficção. É o que mostram o amplo levantamento feito por Nelson Schapochnik (1999), a partir de catálogos, da ficção constante do acervo de instituições de leitura do Rio de Janeiro oitocentista e, mais especificamente, a listagem dos romances britânicos registrados em catálogos de bibliotecas, livrarias e gabinetes de leitura da época, organizada por Sandra Vasconcelos (essa listagem encontra-se online, anexada ao artigo "Formação do romance brasileiro: 1808-1860 (vertentes inglesas)", conforme indicado nas "Referências"). Além de romances, os habitantes da corte brasileira também tinham acesso a outros tipos de narrativas britânicas, de menor extensão e publicadas em jornais e revistas da primeira metade do século XIX, conforme apontara Marlyse Meyer (1985). Mas, ao contrário do que se supunha, essas narrativas não foram traduzidas diretamente das revistas

britânicas *Edinburgh Review*, *Blackwood's Magazine*, *New Monthly Magazine*, dentre várias outras que estão indicadas como fonte original nos periódicos fluminenses. Na verdade, essa ficção passou por uma intermediação francesa raramente declarada pelos homens de letras brasileiros, que traduziram grande parte dessas narrativas a partir da *Revue Britannique* (1825-1901), revista parisiense constituída de tradução de textos ficcionais e não-ficcionais retirados sobretudo de revistas britânicas.

A intermediação da *Revue Britannique* no percurso seguido por essa ficção britânica até o Brasil é mais uma evidência da conhecida influência cultural francesa no Brasil oitocentista. Na própria Europa, a França era uma nação culturalmente influente e, desde o século XVIII, assumia a função de divulgadora das idéias desenvolvidas e da literatura produzida pela reconhecida potência da época: a Grã-Bretanha (PALLARES-BURKE, 1995, p.36). Nesse sentido, cumpre observar que, dada a particular animosidade dos franceses contra os ingleses em decorrência da queda do império napoleônico, os liberais que fundaram e dirigiram a *Revue Britannique* atrelaram continuamente o interesse pelo avanço britânico (a fim de aproveitar o que considerassem ser relevante para a França) tanto a um ponto de vista crítico de tudo que dissesse respeito à Grã-Bretanha como à defesa do lado francês frente à opinião dos britânicos. No que se refere ao contexto brasileiro oitocentista, há um aspecto particular que deve ser considerado quanto a essa maior visibilidade da presença cultural francesa, quando comparada à inglesa. Trata-se da crescente insatisfação das classes dominantes brasileiras com os privilégios alcançados pelos ingleses, desde a chegada de D.João, e com a ingerência do governo inglês nos negócios brasileiros, especialmente quanto à insistência para o fim do tráfico negreiro e, conseqüentemente, da escravidão. Como Sandra Vasconcelos (2005) sintetiza, pode-se compreender essa complexa relação entre Grã-Bretanha–França–Brasil nos seguintes termos:

[...] Índices de civilização e refinamento, os bens culturais franceses ainda tinham a vantagem de não carregar a pecha de estarem associados a uma política imperialista ou a *imbroglios* diplomáticos, como ocorreu no caso da Grã-Bretanha. Não obstante, se a presença francesa chegou a ofuscar a inglesa, impondo-se, ao longo do século, isso não impediu que, durante várias décadas, livros, cursos de línguas, métodos de ensino, romances e novelas tenham sido oferecidos ao público brasileiro, ainda que, no caso desses últimos, o mais das vezes importados via Lisboa, em tradução portuguesa, ou via Paris, traduzidos do francês. A França, portanto, além de oferecer seus próprios bens culturais, exerceu um papel preponderante como mediadora entre o Brasil e a Inglaterra, no que diz respeito à importação de romances. (VASCONCELOS, 2005, p.260)

Conforme já mencionado, a *Revue Britannique* constituía uma miscelânea de textos, pertencentes a diferentes áreas, traduzidos principalmente de revistas britânicas e ocasionalmente de revistas norte-americanas, indianas (quando a Índia já era uma colônia britânica) e de livros. Tais empréstimos e traduções foram feitos numa época em que não existia regulamentação de direito autoral e, portanto, a própria tradução era vista como uma apropriação legítima do texto por quem o transpunha para outro contexto lingüístico-cultural. Assim, a direção editorial da *Revue Britannique* destacou, em alguns prefácios, a competência tradutória de seus colaboradores, ou seja, tradutores da ficção e dos artigos garimpados em revistas britânicas. Por competência tradutória (pressuposto fundamental para a produção dessa revista) entendia-se a capacidade de adaptar os textos segundo a preferência e o modo de pensar franceses. Assim, justificavam-se plenamente não só o próprio ato de seleção da matéria traduzida, regido pelo crivo francês, como também as interferências diretas dos tradutores nos textos britânicos, através de cortes, acréscimos e resumos, que, na opinião da direção da *Revue Britannique*, consistiam em procedimentos capazes de promover um “melhoramento” desses textos exatamente por adaptá-los ao gosto francês.

Essa liberdade com que a tradução foi praticada no século XIX teve reflexos na própria configuração de alguns dos textos britânicos que se encontram publicados em periódicos fluminenses, à medida que as alterações promovidas sobretudo pelo tradutor francês chegaram a alterar as características discursivas do texto, inserindo-o no âmbito ficcional. A propósito, deve-se ressaltar que, à época, a ficção podia se mesclar a outros tipos de discurso, visto os gêneros ainda estarem em processo de definição e delimitação em relação uns aos outros. A própria narrativa ficcional não estava completamente definida quanto a suas categorias, uma vez que os termos “romance”, “novela” e “crônica” eram usados indiscriminadamente entre si, notadamente no Brasil. Havia, então, uma relativa ambigüidade quanto à definição do que seria ficção, tal como testemunham esses textos britânicos em que a narrativa de teor ficcional liga-se de forma marginal ao assunto dominante que, via de regra, possui cunho crítico e ensaístico. É o que se verifica em “Sobre a grandeza humana” de Goldsmith (trata-se possivelmente do irlandês Oliver Goldsmith, autor de *The Vicar of Wakefield* (1766)). Nesse texto publicado em *Correio das Modas*, em setembro de 1840, Goldsmith tem por objetivo tratar da efemeridade da glória pública alcançada por um indivíduo; num dado momento, ele declara: “Não sei de que modo hei de tirar tão familiar assunto do usual caminho do lugar comum, senão ilustrando-o, antes ajudado pela memória do que pelo entendimento, e contando um conto em vez de fazer reflexões: [...]”.

Na seqüência, encontram-se pequenos trechos narrativos de teor ficcional, em meio ao discurso do autor, de modo a tornar mais claro para o leitor o argumento em questão: o de que a glória pública é volátil no tempo e no espaço. É interessante notar que a inserção desse texto em *Correio das Modas* se encaixa perfeitamente no propósito editorial dessa revista, pois ali "moda" apenas aparentemente restringe-se ao vestuário. Na verdade, conforme sugere a própria epígrafe ("Tout change, la raison change aussi de méthode, / Écrits, habillements, système, TOUT EST MODE."), sempre localizada abaixo do título da revista, "moda" significa *mudança* em sentido amplo - social, cultural, moral, política e econômica. É o que vem explicitado nos artigos de abertura de *Correio das Modas* - quando este já se aproximava de seu término -, politizando, assim, uma publicação que de início se voltara para o público feminino e que, portanto, tratava principalmente de temas leves, julgados condizentes com a educação da mulher para a vida em sociedade: modelos e adereços de vestuário, bailes, crítica teatral, concertos, ficção; enfim, o mundo da recreação.

A tônica, então, desses textos, cujo desenvolvimento desliza entre a ficção e a não-ficção, consiste no uso da narrativa ficcional como força de argumentação (e não como fim em si mesma), dentro do propósito crítico do autor de discutir um assunto. Além disso, essa volubilidade do gênero ficcional é igualmente marcada por um entrelaçamento entre dados fatuais e tratamento ficcionalizado dos fatos, fruto do processo de distinção entre a ficção e os demais tipos de discurso. Como Lennard Davis (1983) explica, essa diferenciação (processo sistemático durante o século XVIII) teve difícil encaminhamento justamente por refletir a mudança lenta, embora progressiva, nas relações sócio-culturais por que a sociedade britânica vinha passando, de forma mais intensa, desde o século XVII. Tomando como ponto de partida as baladas impressas desde o século XVI, Davis procura perceber como esse discurso narrativo - ambíguo em si mesmo porque seu assunto era, ao mesmo tempo, novo e antigo, ficcional e fatural (dentro do que assim entendemos hoje) - foi se desdobrando em outras formas narrativas e de como, a partir dessa matriz única - que ele chama de *news/novels discourse* -, a narrativa ficcional acabou por ser diferenciada da história e do relato verídico, ao longo do século XVIII. Nesse percurso, foi tarefa árdua para os escritores construírem e explicarem ao leitor esse novo tipo de narrativa que não tinha a obrigação de ser fatural, e que, ao mesmo tempo, estava intimamente ligada à história, configurando, assim, um novo tipo de discurso. Com o emprego de certas convenções formais, o autor buscava afirmar a *veracidade* de seu texto, escondendo sua construção ficcional, numa atitude ambígua, para o público, quanto ao estatuto da escrita de ficção. Com efeito, um recurso bastante empregado nos séculos XVIII e XIX é a afirmação do

narrador como testemunha ocular dos fatos e/ou detentor de informações verdadeiras, as quais lhe foram confiadas por fonte segura através de oitiva ou do acesso a documentos de inegável valor comprobatório.

A liminaridade ficcional também é característica de um outro texto britânico, a saber, "Os assassinos dos reis: suas fisionomias, seus motivos e sua moral", publicado no *Jornal do Comércio*, em fevereiro de 1839 (a propósito, cumpre observar que, por ter constatado ser problemática a fonte britânica *State Trials* - indicada na *Revue Britannique* e, por tabela, no *Jornal do Comércio* -, julgo que esse texto foi retirado de uma revista do tipo *review* que trazia artigos críticos como esse). "Os assassinos dos reis..." tem por objetivo principal criticar toda e qualquer forma de regicídio e não o de contar uma história. Aqui, a narração de certos acontecimentos históricos tem uma elaboração ficcionalizada, o que faz com que autor e narrador se entrelacem numa voz única que critica, narra e comenta os fatos. Por um lado, a realidade histórica se faz presente no texto pelas datas e locais precisos em que os fatos ocorreram, pelo nome e sobrenome dos envolvidos. Também o autor, vez por outra, faz questão de informar o leitor sobre as suas fontes: crônicas históricas, que validariam sua fala justamente por se construírem a partir de dados considerados concretos e fatuais, ou seja, documentos, datas, nomes de pessoas e lugares. Além disso, para convencer o leitor de que seu relato, que entremeia narrativas aos seus comentários judiciosos, é verídico, o autor/narrador afirma a existência de provas materiais dos crimes em questão: o moinho onde o rei Jacques III foi assassinado e que pode ser visitado por qualquer viajante; a carta deixada à esposa por um conjurado sobre o episódio da tentativa de explosão da Câmara dos Comuns, no início de 1605, em que se queria mandar pelos ares os membros do parlamento, o rei e a família real.

Por outro lado, há trechos de "Os assassinos dos reis..." basicamente narrativos com descrição detalhada e desenvolvimento de cenas em que os personagens históricos se revelam através de seus propósitos e atitudes. É possível ao leitor, nesses momentos, 'esquecer' que está lendo um artigo de crítica ao regicídio (completado, aliás, pelo tradutor do *Jornal do Comércio*, que adicionou longo trecho sobre uma tentativa de assassinato do rei D. José I, com seus desdobramentos, e sobre os últimos atentados regicidas na França) e se envolver com a cena terrível da trama, perseguição, luta e/ou execução do monarca ou de seus conspiradores, em que são comuns reverterios da situação deflagrada pelos rebelados. A construção ficcional das nove histórias aí intercaladas ocorre também através de diálogos introduzidos no clímax da ação narrativa, tornando a cena mais dinâmica e dramática; da exploração dos sentimentos dos personagens; da narração feita no tempo presente, de modo a criar maior aproximação entre o fato narrado e o leitor.

Com efeito, sua própria classificação dentro dos periódicos que o publicaram revela essa ausência de delimitação rígida entre os vários tipos de discurso:

na *Revue Britannique*, esse texto está na seção “Histoire” ao passo que sua inserção no “Folhetim” do *Jornal do Comércio* parece deslocá-lo mais para o lado de um tipo de ficção que, conforme Antonio Candido (1989) argumenta, era produzida e lida dentro de um aparato interpretativo em que se justificava o texto ficcional pela tríade *divertir-edificar-instruir*. Assim, imagino como “Os assassinos dos reis...” poderia ter sido lido nas páginas do *Jornal do Comércio*: talvez com um misto de interesse geral pelos costumes europeus, de doutrinação (quem sabe?) contra a prática do regicídio, dado o forte tom crítico do texto, além de uma provável atração por histórias de crimes e criminosos, com fortes cenas evocativas de verdadeiro terror.

Por último, destaco “Os iluminados: o conde de Caylus, el-rei da Prússia Frederico Guilherme, e o comediante Fleury”, publicado na *Revista Nacional e Estrangeira*, em outubro de 1839, tendo saído originalmente na revista londrina *New Monthly Magazine*. Esse texto também apresenta um enredamento entre história fatural e narração ficcionalizada a fim de criticar as condições morais, religiosas e políticas da Europa em fins do século XVIII. São duas as narrativas aí inseridas que ilustram a posição cética do autor diante da voga de práticas místicas - que ele considera charlatãs -, desenvolvidas a partir do sistema teológico chamado “iluminismo”, criado por Manuel Swedenborg, pelo qual um homem poderia libertar-se de seus limites corpóreos e entrar em contato direto com o mundo dos espíritos. Acontece, porém, que, na tradução para o francês, houve um significativo deslocamento desse texto para o campo da ficção, uma vez que o tradutor da *Revue Britannique* dramatizou o conteúdo crítico e fatural ao alterar a estrutura do texto, de modo a criar suspense, e ao desenvolver uma longa passagem narrativa para o momento decisivo de um dos casos narrados.

Como disse acima, são duas as histórias utilizadas para embasar a crítica aos “iluminados”. Aquela que o tradutor francês coloca em primeiro lugar (e que, no original, vem por último) foi razoavelmente mantida como em inglês, o que inclui, por exemplo, a informação deliberadamente fornecida ao leitor de que o acontecimento chegou aos ouvidos do narrador através de uma teia de outros narradores, iniciada pela própria protagonista. A história compreende um ritual de feições góticas impressionantes, preparado pelo Conde de Caylus, de modo a permitir que Madame de Bonneuil (uma nobre francesa) pudesse ter contato com uma amiga falecida. Porém, em meio à “escuridão sepulchral” das salas forradas de preto, aos “crâneos e ossos em cruz”, à fumaça e - o que foi de supremo horror para Madame de Bonneuil - aos murmúrios sucedidos por gritos e contorções feitos pelo conde, ela corre desesperada dali, “quebr[ando] o encantamento”. Ao final, o narrador conjectura, em tom irônico, se a morte do Conde de Caylus -

ocorrida pouco depois daquele ritual fracassado - decorreu de uma doença já existente ou do estado mental peculiar que o dominava.

É, porém, na segunda narrativa que o tradutor francês particularmente incrementa o texto no que ele poderia ser ficcionalmente sugestivo já na versão publicada na *New Monthly Magazine*. No original em inglês, o narrador apresenta a pessoa responsável pela circulação dessa história na Inglaterra: Caron Beaumarchais (personagem francês verídico; autor de *O barbeiro de Sevilha* (1775) e *As bodas de Fígaro* (1784)), um homem a cujas palavras não se dava muito crédito, mas que, nesse caso, foram tidas como verdadeiras, dadas as circunstâncias históricas que as corroboraram. Antes de mais nada, o narrador fornece o contexto fatural dessa narrativa que ele próprio admite poder soar 'estranha' ao leitor: a ocupação da cidade de Verdun, em 1792, pelo rei da Prússia a fim de liderar o movimento de libertação do rei francês e da família real da prisão e a conseqüente restauração do regime monárquico. Foi durante essa ocupação prussiana que Beaumarchais foi à casa de seu amigo Fleury, famoso ator que havia sido aclamado em Paris por sua realista representação de Frederico II, rei da Prússia (tio do atual monarca), graças à sua semelhança física e ao fato de ele ter obtido roupas do próprio rei. No entanto, Beaumarchais é informado pela sobrinha do ator de que este havia ido a Verdun por uns dias, o que o deixa intrigado. O narrador continua: na volta de Fleury, Beaumarchais faz nova visita e tenta, em vão, obter do ator a confissão sobre o que o tinha levado a Verdun naquela época. É então que se torna pública a notícia de que o rei da Prússia surpreendentemente mudara de planos, voltando ao seu país e abandonando o rei francês à própria sorte. Dentre os rumores sobre o que teria levado o rei da Prússia a agir dessa forma, um ganha força, uma vez que o rei era intimamente ligado ao Iluminismo de Swedenborg, seita que admitia contatos sobrenaturais: o rei teria visto o espírito de seu tio, que teria ordenado seu retorno à Prússia. Finalmente, o narrador diz que, diante dessas circunstâncias, qualquer pessoa menos arguta do que Beaumarchais teria suspeitado de que tudo não passou de um cuidadoso artifício elaborado por inimigos do rei francês e do qual Fleury tomou parte incorporando, como ele bem sabia fazer, a figura do finado Frederico II.

Se essa história já podia, pelas próprias circunstâncias da situação aí narrada, chamar certa atenção do leitor comum oitocentista contada assim, sem nenhum atrativo, ela se tornou comparativamente surpreendente pela maneira imaginativa com que o tradutor francês lidou com esse material já propenso ao tratamento ficcional. Na versão que se lê na *Revue Britannique* (e que foi seguida fielmente pelo tradutor brasileiro), após uma passagem que serve de engate entre as duas narrativas e na qual o narrador comenta sobre a fundação da "Confraria dos Rosa-Cruzes" na Alemanha e

a forte ligação do atual rei da Prússia com essa seita, inicia-se a história com o relato da ocupação de Verdun pelo exército austro-prussiano. Imediatamente a seguir, a intervenção criativa do tradutor francês já se faz sentir, pois ele imagina um baile, dado em Verdun, em homenagem ao rei da Prússia; num dado momento,

[...] achava-se Frederico Guilherme conversando com alguns realistas acerca das esperanças de seu partido e da iminente ruína dos jacobinos, quando um homem vestido de preto aproximou-se dele e falou-lhe em voz baixa. Frederico estremeceu, ouvindo a palavra de passee, usada pelos rosa-cruzes. A um gesto do homem desconhecido, ele o seguiu sem proferir palavra e como dominado por uma potestade superior. Desceram ambos uma escada tortuosa e entraram numa pequena sala de abóboda, forrada de negro e alumada por chamas vermelhas e azuis [...] Frederico entrou precipitadamente nesta sala atrás de seu guia, mas este, ao entrar, desapareceu. O rei temeu ser vítima de uma traição. Posto que afeito a cenas singulares, a solidão sinistra do lugar causou-lhe susto e dava passos para retirar-se quando uma voz lhe gritou: "Detém-te; não saias daqui sem que me tenhas ouvido." Voltou-se o rei e à luz escassa dos fogos colorados viu (não sem terror) de pé, e parado no topo da sala a Frederico o Grande, seu tio! Era ele, suas feições, o seu ar de corpo, a sua maneira de olhar e o uniforme que trouxera durante a campanha da Silésia, *tudo provava a identidade da pessoa* (meu grifo em itálico para acréscimo do tradutor brasileiro)

E segue o diálogo entre o 'fantasma' e o rei.

Dada a descrição detalhada de toda essa cena preparatória para a entrevista sobrenatural, a cena da conversa entre o rei da Prússia e seu falecido tio adquire inquestionável tom ficcional, havendo até uma pequena colaboração do tradutor brasileiro para reforçar o impacto da verossimilhança para o próprio rei - enquanto personagem - e, logicamente, para o leitor fluminense também. Seguem as consequências da tal entrevista misteriosa: o rei parte para a Prússia; especula-se sobre os motivos, dentre os quais ganha força o da aparição do fantasma porque (outra criação francesa) uma sentinela do palácio onde ocorreu o baile segredou aos seus colegas que ouvira "algumas expressões" e que "o defunto rei da Prússia tinha passado junto dele"; a tentativa de visita de Beaumarchais ao amigo ator quando este estava em Verdun; a segunda visita, com Fleury se mostrando reservado quanto à sua viagem àquela cidade; a suspeita de Beaumarchais de que o ator participara de uma conspiração política. Finalmente, a conclusão do narrador, através da pena do tradutor francês, e com nova contribuição brasileira - ligeira, mas de teor crítico - ao final:

Segundo o que levamos exposto, contribuiu o iluminismo para firmar a vitória dos revolucionários contra a aliança dos reis. Se assim foi, este é o único ato do iluminismo

que teve influência nos destinos da Europa. O vasto movimento político, *que se seguiu, fez bem depressa e cabalmente esquecidos os iluminados e seus delírios.* (meu grifo em itálico para acréscimo do tradutor brasileiro)

Como se viu, em “Sobre a grandeza humana” e “Os assassinos dos reis...” a narrativa de cunho ficcional serve, respectivamente, como apoio para a argumentação e para a análise de fatos históricos e datados. Já em “Os iluminados...”, esses dois empregos da ficção se entrelaçam, uma vez que a profunda alteração promovida pelo tradutor francês faz com que a narrativa seja empregada para ilustrar e exemplificar concretamente a opinião do autor sobre questões sócio-políticas. Com efeito, na tradução, o discurso crítico contra a seita dos iluministas torna-se mais enfático do que no texto britânico, pois o tradutor vê no avanço das diferentes seitas, ao final do século XVIII, uma prova da perda de referências morais e sociais resultante do processo da Revolução Francesa, que abalou todas as convicções sobre a vida em sociedade.

Em síntese, o modo como esses textos híbridos foram elaborados permite perceber que a narrativa ficcional, ou aquela em que são usados recursos formais que se tornaram próprios da ficção (tais como expressão dos sentimentos, pensamentos, gestos e ações das personagens envolvidas, a fim de individualizá-las e de permitir a visualização de sua movimentação em cena; uso de diálogo para maior dramaticidade do texto; ambientação do enredo, no tempo e no espaço), teria a função de respaldar, de modo ilustrativo, o argumento do autor num texto em que predominam o tom crítico e o formato ensaístico. Nesses textos, a interpenetração entre os discursos ficcional e não-ficcional é intensa, o que vem refletido na própria configuração daquele que fala: é o autor? É o narrador? Ou é uma indistinção entre ambos justamente porque ainda não havia uma delimitação suficientemente clara e definitiva do que seria ficção, mesmo numa época (primeira metade do século XIX) em que romances já eram escritos e lidos como tais?

De fato, a construção do discurso ficcional constituiu um processo longo e complexo, composto de fases distintas e concomitantes de modo que esses textos aqui discutidos apresentam, de modo mais acentuado, essa dificuldade de distinguir a ficção de outros tipos de discurso. Nesse sentido, é interessante notar que a tradução desses textos britânicos de teor ficcional foi publicada, nos periódicos fluminenses, lado a lado com as primeiras narrativas ficcionais brasileiras, produzidas a partir de fins de 1830 e nas quais há igualmente forte impregnação entre as vozes do narrador e do autor (cumpre lembrar que Barbosa Lima Sobrinho (1960) compilou algumas dessas narrativas brasileiras). Tal fato permite perceber que também no Brasil foi tortuoso o caminho de consolidação da ficção, levado a

cabo por diferentes mãos, desde aquela fase inicial até o terceiro quartel do século XIX. Nesse sentido, como Silvia Maria Azevedo (1990) conclui, em sua análise de parte da ficção publicada no *Jornal das Famílias* (décadas de 1860 e 1870), o que ainda distinguiria a escrita literária dentre outros gêneros seria a linguagem com “o preciosismo das palavras e a construção inusitada das frases”, ao passo que, em termos de estrutura narrativa, ainda havia dúvidas e dificuldades advindas do pragmatismo inerente à pressuposta “relação pedagógica entre narrador e leitor”, em que a voz do narrador e a do escritor se confundem na própria trama do texto:

[...] a inabilidade de criar uma narrativa ficcional está ligada à dificuldade de a voz do contador ou registrador das histórias transformar-se na voz de um narrador de ficção (na verdade, como pré-requisito, haveria a necessidade de uma consciência quanto ao que seja ficção e, por extensão, quanto ao que seja o papel de um narrador de ficção). (AZEVEDO, 1990, p. 76).

Assim, ao lidar com essa miscelânea textual que as revistas oitocentistas trazem como registro de um tempo específico, o leitor de hoje entra em contato direto com aquele processo de definição do texto ficcional, experimentando um pouco daquela ambigüidade literária, em que estavam envolvidos escritores e leitores do passado. Dentre estes, ocupando ora uma ora outra posição - pois são os primeiros leitores dos textos que eles mesmos co-produzem ao transpô-los para outra língua - , encontram-se os tradutores, cuja prática tradutória, embora livremente criativa, refletia as diversas instabilidades que perpassavam a escrita ficcional à época.

NOTAS

- ¹ Professora Doutora da Área de Língua Inglesa da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora dos Grupos de Pesquisa (CNPq): “Percurso literários: Inglaterra-Brasil”, coordenado pela Profa Dra Sandra Guardini Teixeira Vasconcelos (USP) e “Literatura, Linguagem, Memória”, coordenado pela Profa Dra Silvia Carneiro Lobato Paraense (UFSM).

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, Silvia Maria. *A trajetória de Machado de Assis: do **Jornal das Famílias** aos contos e histórias em livro*. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.
- CANDIDO, Antonio. Timidez do romance. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989. p.82-99.

Correio das Modas. Jornal crítico e literário das modas, bailes, teatros, etc. Rio de Janeiro: Eduardo e Henrique Laemmert, 1839-1840.

DAVIS, Lennard J. *Factual Fictions: The Origins of the English Novel*. New York: Columbia University Press, 1983.

FREYRE, Gilberto. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 2.ed. Rio de Janeiro: J.Olympio; Brasília: INL, 1977.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro: Typ. Seignot Plancher le outrasl. 1827- .

MEYER, Marlyse. Voláteis e Versáteis: de Variedades e Folhetins se fez a *Chronica*. In: *Boletim Bibliográfico da Biblioteca Mário de Andrade*. São Paulo, 1985, nº1-4. p.17-41. [Versão ampliada desse artigo em *As mil faces de um herói canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1998. pp.109-196.]

The New Monthly Magazine. London: published by Henry Colburn. [Títulos: *The New Monthly Magazine and Universal Register*, 1814-1820; *The New Monthly Magazine and Literary Journal*, 1821-1836; *The New Monthly Magazine and Humourist*, 1837-1871.]

PALLARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *"The Spectator", o teatro das luzes. Diálogo e imprensa no século XVIII*. São Paulo: Hucitec, 1995.

Revista Nacional e Estrangeira. Rio de Janeiro: Typ. de J.E.S.Cabral, 1839-1840.

Revue Britannique, ou choix d'articles traduits des meilleurs écrits périodiques, de la Grande-Bretagne, sur la littérature, les beaux-arts, les arts industriels, l'agriculture, la géographie, le commerce, l'économie politique, les finances, la législation, etc., etc. Paris: Dondey-Dupré, 1825-1901.

SCHAPOCHNIK, Nelson. *Os Jardins das Delícias: gabinetes literários, bibliotecas e figurações da leitura na corte imperial*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *Os precursores do conto no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

VASCONCELOS, Sandra. Leituras inglesas no Brasil oitocentista. In: FONSECA, M. Augusta (Org.). *Olhares sobre o romance*. São Paulo: Nankin Editorial, 2005. pp.255-287. [Versão ampliada desse artigo: "Formação do romance brasileiro: 1808-1860 (vertentes inglesas)". Disponível em: <<http://www.unicamp.br/tel/memoria/Ensaios/Sandra/sandra.htm>> Acesso em: 07 out. 2007.]